

CONVERSÃO DA DÍVIDA EM INVESTIMENTO

Ponte sobre o 'abismo'

O GLOBO

SÉRGIO BARCELLOS

O comportamento de alguns radicais brasileiros é, no mínimo, curioso. Para não dizer contraditório. Durante mais de vinte anos bradaram contra o autoritarismo e o modelo econômico baseado na estatização e no endividamento externo.

Agora, quando o País, embora de forma atabalhoada, entra na fase final do processo de transição democrática, estes mesmos radicais, com jargão populista, preconizam o avanço do processo de estatização e abominam as soluções baseadas na troca do modelo de endividamento pelo modelo calcado no investimento de risco. Mais uma vez, insistem em tráfegar na contramão da História. Contradizem o discurso e a ação até mesmo de países de governos socialistas, como Espanha e até pouco a Itália, e de regime socialista, como a China e União Soviética, presentes e atuantes no mercado internacional de capitais de risco.

Como ocorre em todas as sociedades democráticas, os radicais são minoria, apesar de enorme capacidade de provocar ruídos e de ocupar espaço na mídia, dando a impressão de que representam a maioria da opinião pública.

Mas, radicais à parte, o País está na iminência de conhecer o projeto governamental de conversão da dívida em capital de risco, idéia defendida pioneiramente pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, desde agosto de 1985.

Por si só, a conversão em capital de risco não elimina, da noite para o dia, a dívida de mais de US\$ 100 bilhões contraída pelo País nos últimos 23 anos.

Mas representa um passo decisivo para o equacionamento da crise brasileira, não apenas quanto à necessidade de o País contar com parcelas expressivas da poupança externa para complementar o seu desenvolvimento econômico, dentro de um modelo democrático e equitativo.

A experiência recente do Plano Cruzado evidenciou a fragilidade do parque produtivo nacional e a sua incapacidade de atender ao crescimento mais acentuado da demanda.

Além disto, mesmo com a moratória, há a perspectiva do Brasil não conseguir fechar o seu balanço de pagamentos este ano.

Dentro deste contexto, é essencial o estabelecimento já de uma política de conversão da dívida, para a superação da crise e também para credenciar o País a receber parte considerável dos US\$ 22 bilhões que,

segundo estimativas do American Express, deverão ser direcionados nos próximos anos para os países em desenvolvimento como capital de risco.

Afora esses aspectos, a conversão facilita a negociação da dívida externa, porque ela não implica a decisão de alocar recursos novos. Apenas modifica o formato de ativo financeiro convencional — sujeito às oscilações das taxas de juros internacionais — em investimento direto.

O mercado de capitais brasileiro, com isso, passa a contar com novos recursos de longo prazo, capazes de aprimorar e acelerar o cumprimento de sua função principal: transformar poupança em investimento produtivo.

A conversão também reduz sensivelmente o nível de vulnerabilidade externa, provocada pelo endividamento excessivo, e estabelece uma ponte sobre o "abismo" à beira do qual o País se encontra e do qual já nos falavam nossos avós.

O Brasil é, seguramente, maior que o tal "abismo", mas já é hora de bani-lo do nosso folclore e da nossa História.

Sérgio Barcellos é Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.